

LIVROS ESCOLARES NA CORTE IMPERIAL: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO (1854 A 1878)

TEIXEIRA¹, Giselle Baptista – UERJ – gizt2000@yahoo.com.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: CNPq

O presente trabalho está inserido em um projeto mais amplo que visa compreender melhor a trajetória dos livros nas escolas primárias da Corte Imperial, buscando analisar a produção, difusão e circulação desses objetos em meados dos oitocentos. Neste momento, trago algumas reflexões acerca das condições de aparecimento e de permanência do livro na ordem escolar e das ações que o elegeram como um suporte privilegiado para propagação dos saberes escolarizados². Tendo consciência da amplitude do tema, na análise das obras, a título de exercício de reflexão acerca das questões postas na adoção dos livros, me detive mais detalhadamente nos manuais que eram destinados ao ensino da leitura e da escrita.

Para realização deste trabalho foram utilizadas fontes primárias encontradas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), dentro da Série Instrução Pública, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte de 1854, e as próprias obras encontradas no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

Cabe ressaltar que trabalho com a hipótese do livro escolar ser, desde meados do século XIX, um dos principais instrumentos para concretização dos projetos educacionais existentes, sendo utilizados tanto pelos professores, como uma espécie de “guia” no ensino dos saberes escolarizados, como pelos alunos em suas práticas ordinárias, se tornando um significativo dispositivo para o melhor entendimento dessa organização escolar. Nesse sentido, o elegi com o intuito de refletir e melhor compreender aspectos envolvidos na construção de determinadas práticas escolares na Corte Imperial.

A regulação do livro escolar

¹ Mestranda em Educação e participante da pesquisa intitulada “Escolarização e governo das multidões: análise do processo de disseminação de escolas, materiais e práticas educativas na Corte Imperial (1854-1863)”, coordenado pelo professor Dr. José Gonçalves Gondra do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da UERJ.

² De acordo com Gondra (2005), no Brasil o fenômeno da educação adquiriu maior volume e densidade ao longo do século XIX, constituindo-se no século da “invenção” da forma escolar moderna.

Nesta investigação me detenho nos anos de 1854 a 1878, que foram regidos pela lei que teve grande impacto na Corte Imperial, a Lei de 17 de Fevereiro de 1854³, pela qual se pretendia organizar e controlar a instrução, que foi elaborada na gestão do então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Dentro deste novo esquema de organização e controle da instrução, os livros não ficavam de fora, pois desde sua elaboração, eles cumpriam um rigoroso percurso que ia do autor ao Conselho Diretor de Instrução para, então, poder chegar às salas de aula. De acordo com a Lei, a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) possuía, dentre outras, a função de rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e fazê-los corrigir, e substituí-los quando necessário. Este órgão também era responsável pela convocação do Conselho de Instrução Pública⁴, que deveria examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados nas escolas.

Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas “idôneas” e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses sujeitos composta por professores públicos, para que pudessem fazer sua avaliação, aprovando somente obras que estivessem de acordo com os interesses do poder vigente. Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a criação destas obras ao garantir nos artigos 56º e 95º do regulamento, prêmios em dinheiro às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira.

Há uma série de relações que podem nos ajudar a explicar o porquê de uma obra ser aprovada ou não para uso nas escolas. Dentre estas relações, podemos citar, por exemplo, a que se estabelece entre o autor e sua posição na sociedade; a compatibilidade de seu conteúdo com os interesses predominantes; a linguagem escrita; as relações com a igreja

³ Segundo Gondra (2005), esta reforma busca instituir uma *máquina de governo* no que se refere à instrução primária e secundária na Corte, e o aparelho gerado nos termos dessa intervenção supõe uma profissionalização da instrução, impondo regras para ingresso e permanência de alunos e professores, criando uma nova estrutura para a instrução primária e secundária, redefinido os saberes escolares, ao mesmo tempo em que instaura uma rede de vigilância sobre a organização escolar e seus sujeitos por intermédio da qual se pretendia obter eficiência e eficácia na instrução.

⁴ Também cabia a este Conselho criar novas cadeiras; analisar o sistema e matéria dos exames; opinar sobre todos os assuntos literários que interessassem a instrução primária e secundária; julgar as infrações disciplinares de professores e diretores passíveis de punições mais graves.

católica, já que no período analisado, muitos livros aprovados possuíam forte influência desta instituição, o que pode ser atestado pela obrigatoriedade do ensino religioso, sendo a *Instrução moral* uma das disciplinas regulares do ensino primário; entre outras.

No percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo Imperial, seja produzindo tais compêndios. Pela pesquisa feita no AGCRJ foi possível constatar a existência de um expressivo número de professores que ofereciam suas obras para avaliação do Conselho Diretor, sendo possível afirmar que esta era uma prática comum deste grupo.

Segundo Bittencourt (1993), a construção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da nação, sendo assim, os homens de confiança do poder seriam, evidentemente, o grupo ideal de autores de obras didáticas, mas, com o decorrer do tempo, o número limitado de obras que surgiram de autores famosos fez com que as nossas autoridades educacionais aceitassem pessoas menos nobilitadas. Desta maneira, os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para tal produção.

Livros destinados à difusão da leitura e da escrita

Compete registrar que a eleição de tais compêndios não foi aleatória, pois por pesquisas realizadas em fontes primárias, foi possível averiguar que os livros destinados ao ensino da leitura e da escrita foram um dos mais produzidos no Brasil oitocentista, o que pode ser atribuído à política existente da época que, entre outros objetivos, desejava inserir a população ao mundo letrado para que, assim, pudesse ser instruída e civilizada.

Trabalho com a hipótese de que os livros destinados ao ensino moral e religioso, assunto que, como já mencionado, fazia parte do currículo oficial das escolas brasileiras, também eram utilizados, entre outros fins, para moralização da sociedade, recorrendo, para isso, por exemplo, à “alfabetização” da população. Nessa linha de raciocínio, tornou-se necessário, para o melhor entendimento do processo que envolvia o ensino da leitura e da escrita da população, focalizar este tipo de compêndio no presente estudo.

Após este esclarecimento, compete informar que o primeiro passo da pesquisa foi

fazer um levantamento nos mais variados documentos que se encontram no AGCRJ, nos quais pude catalogar 65 obras que explicitamente se destinavam ao ensino da leitura e da escrita, e 36 produzidas com o intuito do ensino da moral e da religião⁵.

Tais obras encontravam-se em diferentes situações. Algumas foram aprovadas pelo Conselho de Instrução Pública para uso nas escolas, outras não; algumas foram utilizadas para uso dos próprios alunos, outras apenas para que o professor pudesse produzir suas aulas; algumas foram substituídas com o passar dos anos e dos objetivos governamentais; demonstrando que cada uma delas possui particularidades que nos ajudam a compreender a sua história, ou seja, o seu percurso nas escolas da Corte, exigindo um estudo detalhado de cada uma delas para se poder aprofundar esta reflexão.

Contudo, cabe alertar para as grandes dificuldades encontradas pelos historiadores na busca dos documentos e obras nos arquivos e bibliotecas, que permitam o andamento de suas pesquisas⁶. Nesse sentido, especificamente no caso deste estudo, muitas vezes, mesmo encontrando documentos que indicam o percurso de uma obra nas escolas dos oitocentos, ao buscá-la, esta não é localizada, o que impede uma análise mais rigorosa acerca da mesma. Do total de 101 obras catalogadas até o presente momento pude localizar apenas 16 delas conservadas no Setor de Obras Raras da BN, dentre as quais encontram-se compêndios de significativa circulação na época, como as “Fábulas” de Justiniano José da Rocha; os “Livros de leitura” de Abílio César Borges; o “Catecismo da Doutrina Christian”, e a “Grammatica da infância” de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; e a “Grammatica da língua Nacional” de Antonio Álvares Pereira Coruja.

Considerações finais

As propostas da instrução pública no século XIX eram projetos políticos que visavam estabelecer regras gerais para a sociedade. Neste sentido, a concepção da instrução almejava dominar o saber a ser divulgado, valendo-se de mensagens morais, religiosas, civilizatórias, científicas ou patrióticas. Com isso, foi possível perceber que os “livros escolares” foram eleitos como instrumentos privilegiados para difusão da leitura e

⁵ Infelizmente, devido aos limites de caracteres deste trabalho não foi possível trazer a tabela dos livros e seus respectivos autores que foram catalogados até o momento.

⁶ Sobre a problemática dos arquivos consultar VIDAL, 2000.

escrita, mas também como tecnologia a serviço de um projeto civilizatório posto em curso nos oitocentos.

Entre outras considerações que pude retirar deste estudo, encontra-se a de que no período estudado uma das principais funções atribuída ao livro foi a de estabelecer a ordem a um povo composto por diferentes características, intentando, com isso, a produção de indivíduos que não se revoltassem contra uma minoria que administrava o Estado Nacional. Não coincidentemente, foi possível averiguar que um dos livros mais produzidos no Brasil oitocentista foram os destinados ao ensino da leitura e da escrita, ou seja, os destinados a inserir a população ao mundo letrado para que pudessem ser instruídas e mais facilmente controladas.

Trabalhando com este entendimento, os “livros escolares” podem ser tomados como fontes privilegiadas para a história da educação, objetos pelos quais busca-se tentar compreender o que em um determinado momento se pretendeu ensinar, os modelos pedagógicos e os interesses sociais de uma determinada época, desde que este não seja um trabalho feito isoladamente, como se os seus discursos pudessem ser analisados unicamente em seu suporte.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 1993.

GONDRA, José Gonçalves. *A emergência da escola*. RJ: DP & A. (No prelo).

VIDAL, Diana Gonçalves. *Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental*. In FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). *Arquivos, Fontes e novas tecnologias* BH: Autêntica, 2000.

Biblioteca Nacional - RJ:

- Coleção de Leis, decretos, Actos e Decisões do Governo no Brasil

Fontes Manuscritas

Setor de Documentação Escrita do AGCRJ: Série de Instrução Pública

Códices: 11.1.11, 11.1.16, 11.2. 9, 11.2.12, 11.4.21 e 13.2.18.